

Alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil

Prof^a. Me. Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral Dirigente Municipal de Educação de Costa Rica/ MS e Vice-presidente da Undime

O que apenas o Brasil fez . . .

- Universalização dos 7 aos 14 anos (segunda metade dos anos 90)
- Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos
- Obrigatoriedade dos 4 aos 17 anos
 - Desafios da qualidade

O que falta para o Brasil fazer . . .

- Implementar o Plano Nacional de Educação
 - ✓Instituir o Sistema Nacional de Educação e pactuar responsabilidades
 - ✓Assegurar metas de acesso educação básica e ensino superior
 - Garantir metas de melhoria da qualidade

O que falta para o Brasil fazer . . .

 Assegurar a oferta de educação como um direito

Assegurar financiamento adequado para o cumprimento dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação

Que recursos existem atualmente?

- 1. Art. 212 CF: aplicação de, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino
- 2. Transferências permanentes (Salário Educação), automáticas (PDDE, PNATE, PNAE) e voluntárias (ProInfância, Brasil Carinhoso, Mais Educação, etc) que atendem ao disposto no art. 211 da Constituição Federal caráter suplementar

Que recursos são esperados?

Recursos previstos no Plano Nacional de Educação:

- 1. Previsão de implementação do CAQi
- 2. Recursos do petróleo

CAQi – Custo Aluno Qualidade Inicial

 É um estudo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação que estabelece um padrão mínimo de qualidade em todas as escolas de educação básica públicas do Brasil (infraestrutura adequada em todas as escolas com salas de aula, laboratórios, bibliotecas, quadras de esporte, equipamentos, profissionais do magistério e demais profissionais da educação em número adequado com salário inicial e carreira)

CAQi - Custo Aluno Qualidade Inicial

- Estudo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação mostra que o Brasil precisa de R\$ 46 bilhões ao ano
- Segundo o PNE (Lei 13.005/2014) esse novo recurso deverá ser investido pelo governo federal
- Mas segundo o próprio PNE é preciso aprovar uma Lei até metade de 2016 para determinar como o novo recurso será investido pelo governo federal

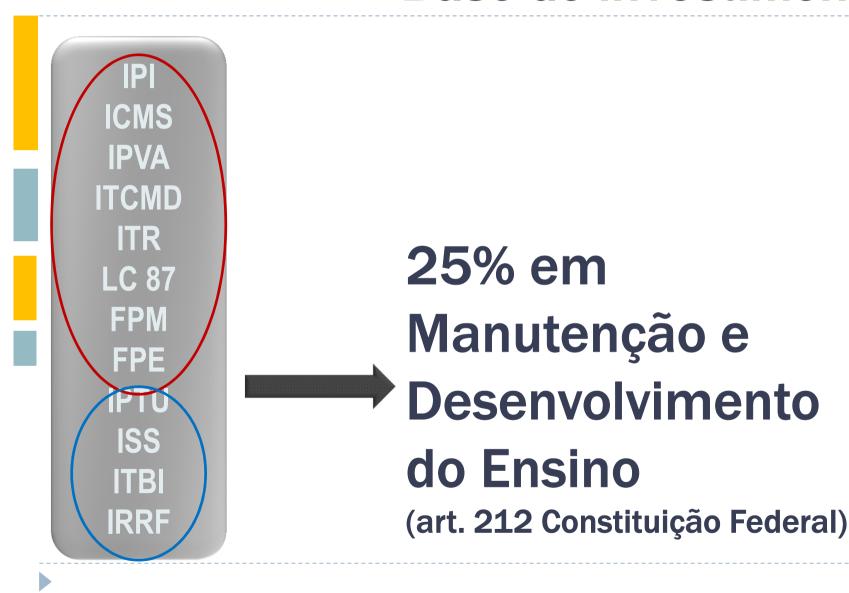
Recursos do Petróleo

- Ainda é aguardada a regulamentação de boa parte destes recursos
- Problemas na Petrobrás e drástica queda nos preços internacionais do petróleo podem impactar a destinação do volume de recursos

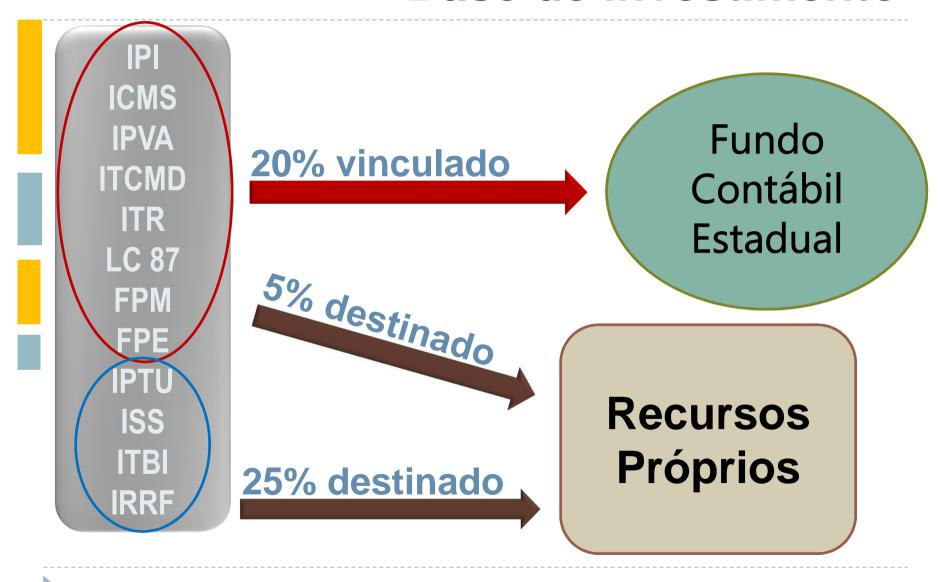
Recursos disponíveis atualmente...

Art. 212 CF: aplicação de, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino

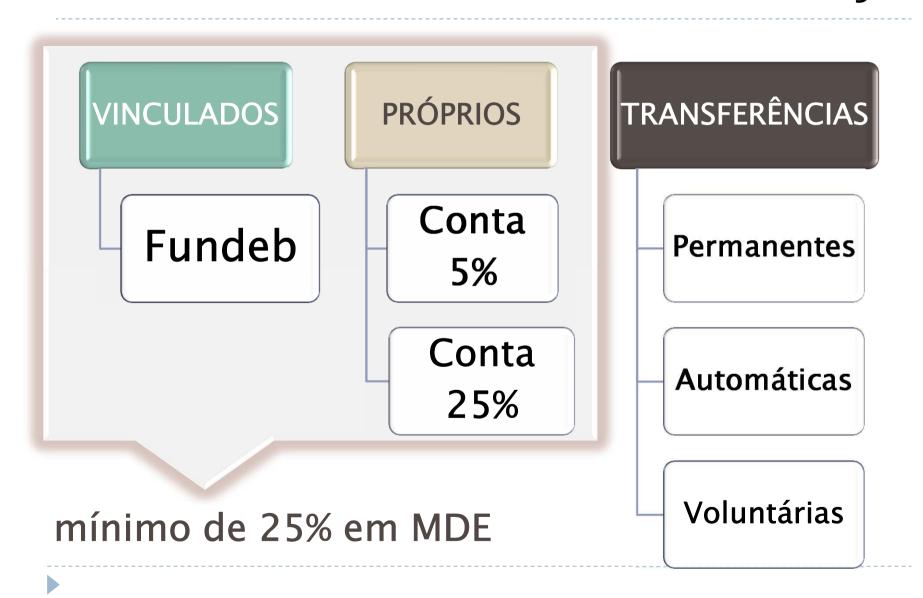
Base de investimento



Base de investimento



Fontes de financiamento da Educação



Percapitas Estaduais do Fundeb 2015

MA 2.576,36

PA 2.576,36

BA 2.576,36

CE 2.576,36

PI 2.576,36

AL 2.576,36

PE 2.576,36

AM 2.576,36

PB 2.576,36

RN 2.576,36

MT 2.738,93

MG 2.739,85

PR 2.810,11

RJ 2.953,25

ES 2.955,71

AC 2.985,30

MS 3.081,46

RO 3.111,20

SE 3.111,65

GO 3.219,73

sc 3.223,65

TO 3.385,95

SP 3.395,00

DF 3.396,48

RS 3.430,54

AP 3.606,55

RR 4.190,24

Perdas com o Fundeb

- Situação da perda com o Fundeb acontece em municípios de pequeno porte que não têm capacidade técnica e estrutural para ampliar as matrículas de educação infantil.
- Nesses locais dificilmente PME será suportado pelo orçamento local no tocante às demandas da Rede Municipal de Ensino.

*META 1 do PNE será uma das mais afetadas.

Exemplos – perdas com o Fundeb

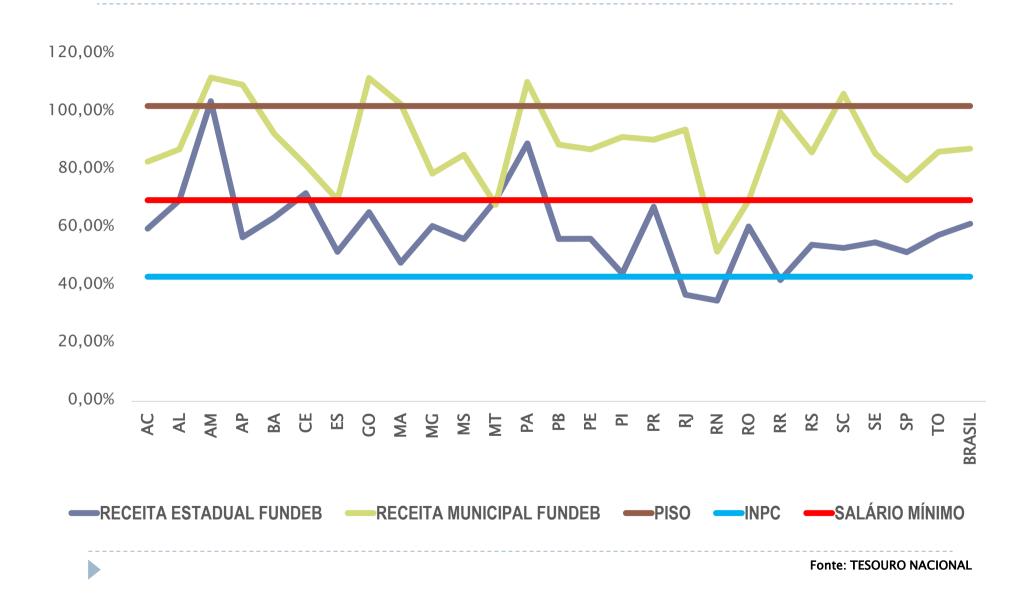
Município	Receita destinada ao Fundo Contábil Estadual	Receita com o Fundeb	Perda com o Fundeb
Alto Araguaia/ MT	1.874.399,73	1.643.200,42	- 231.199,31
Balsa Nova/ PR	4.857.480,55	4.375.458,01	- 482.022,54
Adelândia/ GO	1.575.434,43	396.073,93	- 1.179.360,50
Arambaré/ RS	1.982.316,73	1.008.497,87	- 973.818,86
Cabixi/ RO	2.136.161,36	1.704.108,27	- 432.053,09

Fonte: Siope 2013

Fundeb: constatações

- Inaugurou uma nova fase na sistemática de financiamento da educação brasileira ao atender etapas e modalidades que não eram cobertas pelo Fundef.
- Possibilitou uma negociação mais direta entre os entes federados ao estabelecer uma "mesa de negociação", pela Comissão Intergovernamental.
- Ainda assim, não foi possível definir os per capitas das etapas e modalidades a partir de critérios técnicos.

O que aconteceu de 2009 até agora



"Atualização" do piso - série histórica

2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015

950,00 1.024,67 1.187,97 1.450,54 1.567,00 1.697,39 1.917,78



Como o Piso está sendo atualizado

- ▶ A lei 11.738/08 (art. 5°) determina que a atualização piso seja feita a partir da variação do valor aluno fundeb.
- ▶ O Governo Federal enviou PL 3776/2008 ao Congresso Nacional prevendo a atualização do piso pelo INPC, mas ainda não foi votado.
- Desde 2009 o MEC utiliza um "parecer da AGU" para recomendar a atualização do piso.

"Atualização" do piso - série histórica

Valor aluno ano Fundeb nos anos iniciais do ensino fundamental urbano



A realidade do Brasil

- a atualização do piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica, em 2015, foi o percentual de 13,01%. O valor passou de R\$ 1.697,00 para R\$ 1.917,78;
- enquanto isso, o valor aluno ano FUNDEB passou de R\$ 2.285,57, em 2014, para R\$ 2.576,36, em 2015, o que equivale a 12%;
- > nos últimos 6 anos a atualização do piso alcançou 101,87%, sendo 67,2% acima da inflação;
- neste período, o valor aluno ano fundeb cresceu, na média, 95,41%

A incertezas de 2015 . . .



- Queda nas receitas
- Ampliação do gasto com pessoal
- Difícil relação entre gestão e movimento sindical

Perspectivas, reformulações e desafios

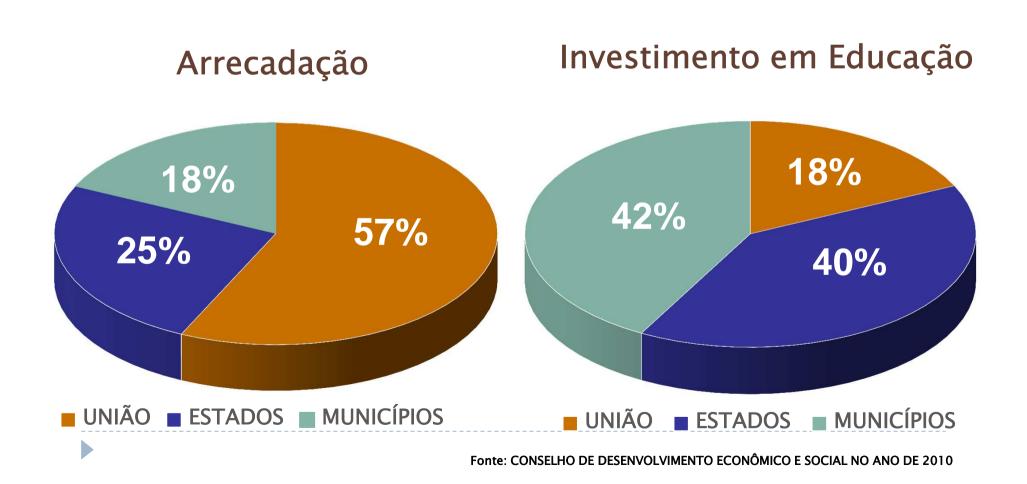
Educação municipal precisa de um mecanismo mais eficiente para vinculação de recursos:

- municípios de pequeno porte perdem recursos atualmente com o Fundeb;
- projeções com estimativas estão distantes da realidade de arrecadação do Fundeb dos municípios;
- ✓ Equidade na educação somente será possível com o equilíbrio. CAQi e CAQ são mecanismos eficientes.

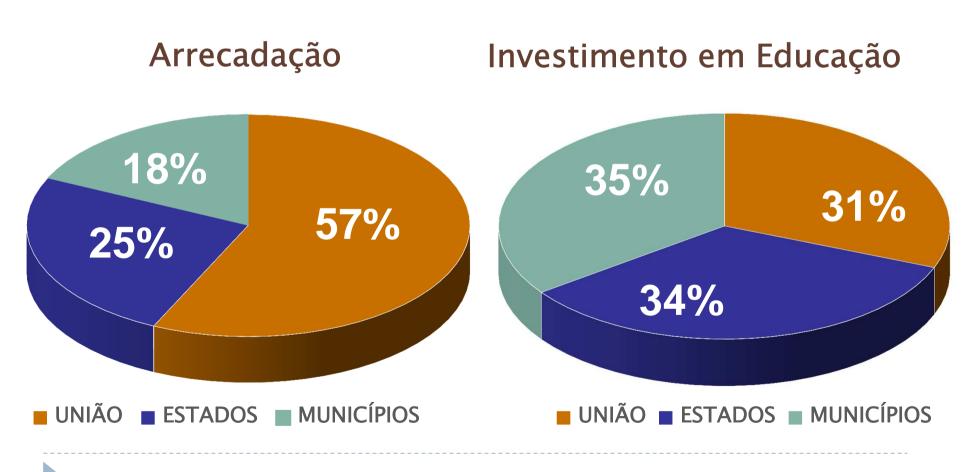
Perspectivas, reformulações e desafios

- Garantir o investimento de 10% do PIB em educação (PNE – lei 13.0005/2014).
- Regulamentar a distribuição dos recursos advindos da Lei dos Royalties e do Fundo Social do Pré-Sal.
- Implementar o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e o CAQ.
- Abandonar a lógica dos recursos financeiros "disponíveis" e efetivar a lógica dos recursos financeiros "necessários" para uma educação pública de qualidade.

Realidade de financiamento da educação municipal enfrenta limitações advindas da sistemática de arrecadação e destinação de recursos.



Realidade a partir da implementação do CAQi.



Obrigada!

undimenacional@undime.org.br www.undime.org.br

https://www.facebook.com/undime

https://twitter.com/undime

https://www.youtube.com/user/undimenac